

Um plano para sanear estados

por Teodomiro Braga
de Belo Horizonte

Os governos estaduais assumirão metas de saneamento financeiro com o governo federal, a exemplo das cartas de intenção firmadas pelo País com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A idéia faz parte do amplo plano em negociação para a solução das dívidas dos estados, do qual só foram divulgados alguns pontos. O projeto também prevê, em outro item inédito, o acesso dos governos estaduais aos depósitos compulsórios em poder do Banco Central, recursos fartos e baratos que hoje são monopólio da União.

Autor do esboço geral do plano, o secretário da Fazenda de Minas, João Heraldo Lima, considera que já há uma compreensão geral em torno do assunto e que a solução agora depende apenas de entendimentos técnicos. "As pré-condições para resolver o problema já foram atendidas", diz o secretário, referindo-se à quebra da resistência dos setores que se opunham à renegociação das dívidas dos estados. "Já concluímos o trabalho de fazer a cabeça das pessoas, que resultou numa ampla reciclagem de posições no âmbito nacional."

Essas resistências foram vencidas, segundo Heraldo, após um demorado esforço de convencimento dos adversários da negociação. "Foi preciso afastar duas posições extremadas: a de que os governos estaduais tinham de pagar as dívidas sem ajuda federal e a de que o governo federal era o principal responsável pelo problema", explica Heraldo, que ajudou a ganhar o apoio de funcionários do Banco Central e senadores à posição intermediária, segundo a qual as dívidas realmente são problema dos estados,

mas adquiriram proporções tão massacrantes que exigem a participação da União na sua solução.

Nessas conversações, o secretário de Minas ajudou a convencer os interlocutores recalcitrantes ao expor suas propostas, que acabaram virando a base das negociações que começam a tomar corpo entre o governo federal e os estados. Resumidas no texto intitulado "Dívidas mobiliárias estaduais: agenda para renegociação", as idéias de Heraldo receberam o decisivo endosso dos outros estados em reunião no Senado, na terça-feira passada. "Não há uma solução única para o problema", diz o secretário, ao defender, no encaminhamento da questão, a reprodução da fórmula do "cardápio de opções" empregada pelo atual ministro da Fazenda, Pedro Malan, na negociação da dívida externa brasileira, no governo passado, quando ocupava a presidência do Banco Central.

Um item importante do menu sugerido por Heraldo trata das novas fontes de financiamentos dos estados no cenário de equacionamento das suas finanças e estabilização da economia, que viabiliza várias linhas de recursos antes impensáveis. Os depósitos compulsórios dos bancos no Banco Central é uma delas. "Por que não dirigir os compulsórios para financiar parte das posições dos estados?", questiona o secretário da Fazenda de Minas. Outra possibilidade é a captação de recursos no sistema financeiro internacional. "Por que só a União pode ter acesso a esses recursos? Tem de dar chance aos estados de fazerem o mesmo", observa Heraldo, lembrando que o governo de Minas já experimentou com sucesso essa alternativa, através do lançamento de bônus no exterior.

Essas idéias são estruturadas num plano com três pontos principais para

solução das dívidas. O projeto parte dos seguintes princípios básicos: a) de que haverá "um esforço próprio de geração de caixa por parte de cada unidade federativa, dentro de suas possibilidades; b) de que se premiará "aquelas unidades que demonstraram e demonstram austeridade na condução de suas finanças; c) de que, atendidas essas duas condições, haverá uma "participação efetiva do Tesouro Nacional em esquema de securitização, de modo que a relação despesas financeiras/dívida dos Tesouros estaduais se reduza frente aos patamares atuais".

As três "linhas-mestras" do plano são as seguintes:

■ Os estados assumiriam o compromisso de vender ativos, mobiliários ou imobiliários, e usar os recursos para abater dívida mobiliária vencida.

■ Seriam criados mecanismos para permitir aos estados administrar suas dívidas

mobiliárias de forma mais eficiente. Um desses mecanismos já está sendo implementado em Minas: a criação de uma estatal financeira para lançar novos papéis, lastreadas em ações de empresas estaduais, e com os recursos resgatar dívidas antigas, de prazo mais longo e juros mais elevados.

■ Finalmente, a União daria sua contribuição, firmando acordos de securitização, pelos quais a parcela remanescente das dívidas mobiliárias dos estados seria trocada por títulos de longo prazo ("trinta, quarenta anos", sugere Heraldo) e juros baixos.

A participação de cada item na reestruturação das dívidas, explica o secretário, dependeria de cada caso e também do cumprimento das metas de saneamento financeiro assumidas pelos governos estaduais com o governo federal. "Minha proposta vai ao encontro do desejo do governo federal de estabelecer projetos de ajustes financeiros para os estados", diz João Heraldo Lima. "Seria um programa de solidariedade recíproca, de compromissos mútuos", assinala ele.

Por contemplar esse aspecto crucial, o plano foi classificado por um integrante da equipe econômica federal de "pró-Real". Usando o programa de Heraldo como parâmetro, o governo federal inicia, nos próximos dias, a etapa de negociações com os estados para definição do menu de soluções para as dívidas. "As negociações deverão começar por estados em situação mais grave", revela o secretário da Fazenda. Ele entrará nas negociações com a autoridade de quem conhece os dois lados do problema, pois foi diretor de política monetária do Banco Central em 1992 e 1993.